



Setores agrícola e minerador tentam barrar PL que bane o mercúrio no país, mas a medida ainda precisa de transição

Ed Alves CB/DA Press



“Muitas vezes, quando a fiscalização chega, é difícil saber se o uso está autorizado ou não”

Larissa Rodrigues,
diretora do Instituto Escolhas

Ed Alves CB/DA Press



A maior parte do mercúrio que entra no território nacional é ilegal e usada em atividades criminosas”

Nilto Tatto, deputado federal (PT-SP)

Ed Alves CB/DA Press



Eu diria que praticamente 100% abraçariam um apoio técnico, econômico e de Estado para facilitar essa transição”

Giorgio de Tomi, professor da Poli/USP e coordenador do Projeto Ouro Sem Mercúrio

Lobbies travam o controle

» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA

A pressão de grupos empresariais e de bancadas ligadas ao agronegócio e à mineração no Congresso Nacional “atua de forma coordenada para flexibilizar a legislação e travar projetos que fortalecem o controle ambiental”. Essa é a avaliação do deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), que não poupou críticas ao lobby da mineração dentro do Parlamento que acaba bloqueando avanços de pautas ambientais e de combate à extração ilegal do ouro.

“Há um lobby muito forte da mineração que se junta com o lobby da mineração ilegal. Na hora de debater projetos de implementação dentro da Casa, trabalhamos de forma conjunta para flexibilizar a legislação e permitir o avanço da atividade econômica da mineração”, declarou Tatto, ontem, no seminário CB Talks: Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil, evento organizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o Instituto Escolhas.

Na avaliação do deputado, essa aliança informal entre setores formais e ilegais tem provocado retrocessos graves em matérias ambientais e em direitos indígenas e sociais garantidos pela Constituição. Tatto lamentou a falta de apoio e de debates consistentes sobre o tema no Legislativo. Autor do Projeto de Lei 2417/2024, que propõe o banimento do uso do mercúrio na mineração, Tatto revela que a proposta enfrenta

resistência justamente dos grupos que dominam as comissões técnicas da Câmara.

“O projeto está na Comissão de Saúde, com relatoria de um deputado da Frente Parlamentar da Agropecuária. É um exemplo claro de como as articulações políticas internas acabam impedindo o avanço de propostas sustentáveis. Às vezes, o discurso é ambiental, mas as ações concretas mostram outra direção”, disse. O parlamentar acredita que a bancada ruralista e do sistema financeiro tem papel importante nesse bloqueio, uma vez que 70% a 80% da base de parlamentares do Centrão “está vinculada à Frente Parlamentar da Agropecuária”. “Por trás de tudo isso, há fundos de investimento que patrocinam empreendimentos minerários e agrícolas que nem sempre seguem padrões sustentáveis”, apontou. Segundo ele, até mesmo parlamentares que defendem o discurso da sustentabilidade “acabam, na prática, contribuindo para uma agenda contrária ao enfrentamento da crise climática”.

Tatto não deixou de criticar as gestões dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), que, segundo ele, “promoveram um incentivo explícito à mineração ilegal em terras indígenas”, permitindo a expansão descontrolada do garimpo que deixou rastros de destruição ambiental, violência e contaminação em comunidades tradicionais, sobretudo na Terra Indígena Yanomami.

Para o deputado, a mineração sustentável e soberana pode ser

um vetor de desenvolvimento, desde que alinhada à transição energética e à proteção ambiental. “O Brasil tem minérios fundamentais para a transição ecológica global. Mas não podemos continuar explorando e exportando sem planejamento, sem agregar valor e sem responsabilidade. São recursos do povo brasileiro, e precisamos tratá-los como estratégicos”, pontuou.

Agenda ambiental

A diretora do Instituto Escolhas, Larissa Rodrigues, apoiou a proposta de Tatto e defendeu a proibição total do uso de mercúrio na extração de ouro no Brasil. Para ela, o país vive um momento decisivo para mudar a forma como lida com a substância — altamente tóxica e ainda amplamente utilizada na mineração — às vésperas da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas (COP 30), que será realizada em novembro no Brasil.

Além disso, falta um mês para a conferência internacional que discute a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, a COP de Minamata, tratado global que busca eliminar ou reduzir o uso do metal pesado em atividades industriais e extrativas. “Esse é um debate que precisa ser feito todos os dias”, defendeu.

Segundo a executiva, o tema ganha ainda mais relevância diante da pressão internacional por sustentabilidade e do reforço nas ações de fiscalização e repressão ao uso

irregular da substância. “Até 2023, era impensável reunir as pessoas que estão aqui hoje com esse tom de debate. A discussão mudou. Já não se fala mais se é possível proibir o mercúrio, mas quando e como isso vai acontecer”, pontuou.

A especialista lembrou que o Instituto Escolhas é membro observador da Convenção de Minamata, integra a Global Mercury Partnership da ONU e participa do Grupo de Trabalho Permanente da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (GTP-Minamata), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), contribuindo com diagnósticos e propostas de políticas públicas para aprimorar a regulação ambiental.

“O Brasil tem políticas públicas para lidar com o problema, mas elas precisam ser constantemente aprimoradas e questionadas”, afirmou. Ele ressaltou que o mercúrio já é uma substância altamente regulada no país — não se comercializa nem se utiliza sem controle. “O que era possível fazer em termos de regulação já foi feito. Agora, é hora de mudar a chave”, emendou.

Rodrigues ressaltou que o uso do mercúrio na mineração de ouro é a “faceta mais perigosa” do setor, e que as dificuldades de fiscalização tornam o controle quase inviável. Ela defendeu que o esforço técnico e político hoje empregado para tentar tornar o uso do mercúrio “um pouco mais seguro” deve ser redirecionado à busca por alternativas livres da substância. “O esforço que a gente precisaria fazer para usar o mercúrio em condições minimamente seguras é tão grande que poderíamos usar

essa mesma energia para avançar na proibição e nas alternativas. Vamos colocar o esforço de todo mundo nas alternativas”, disse.

A executiva elogiou a iniciativa do deputado Nilto Tatto, que apresentou o primeiro projeto de lei do país tratando expressamente da proibição do uso do mercúrio na extração de ouro, com previsão de um período de transição. “Até pouco tempo, não havia sequer um projeto de lei que falasse disso de forma clara. Agora, o Brasil pode chegar à COP de Minamata dizendo que tem uma proposta concreta para virar essa página. Isso é histórico”, avaliou. Para ela, o Brasil vive um ponto de inflexão no debate ambiental. “O mundo está mudando. Muitos setores já abandonaram o mercúrio, e essa é uma discussão que não volta atrás. No caso do ouro, precisamos fazer o mesmo. É um movimento inevitável”, frisou.

Transição

O professor Giorgio de Tomi, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) e coordenador técnico do projeto Ouro Sem Mercúrio, defendeu que o Brasil adote uma transição gradual e estruturada para eliminar o uso da substância na mineração artesanal. Segundo ele, a experiência acumulada no Plano de Ação Nacional para a Convenção de Minamata mostrou que os garimpeiros querem mudar, mas precisam do apoio do Estado. Ele lembrou que esses trabalhadores atuam hoje sem qualquer suporte governamental. “A

boa notícia é que os garimpeiros querem. Eu diria que praticamente 100% abraçariam um apoio técnico, econômico e de Estado para facilitar essa transição. Hoje, eles trabalham em regiões remotas, sem apoio nenhum, e a única presença do Estado é para reprimir”, afirmou.

O acadêmico reforçou que a presença do Estado não deve se limitar à fiscalização, mas também oferecer assistência técnica e capacitação para substituir o mercúrio por tecnologias limpas. “A transição para o uso de tecnologias limpas é o sonho de todos, mas não é simples. É preciso ter conhecimento técnico, geológico e de engenharia para funcionar. A presença do Estado tem que ser ampla para ajudar a promover essa transição”, destacou. Ele alertou, contudo, que uma proibição imediata e sem planejamento pode ter efeito contrário, empurrando os trabalhadores para a clandestinidade, como ocorreu na Colômbia, que proibiu o mercúrio sem uma moratória adequada, e o resultado “foi que 90% do ouro exportado passou a ser ilegal”.

Ao discutir o futuro da mineração no Brasil, o professor defendeu que o país rompa com o modelo extrativista e invista em uma política industrial que agregue valor aos minerais estratégicos. Por fim, apresentou os chamados “cinco Cês” como pilares de uma política de transição sustentável: capacitação, cooperativismo, crédito, coexistência e certificação. “Soluções nós temos. O desafio é fazê-las funcionar”, acrescentou.

Ed Alves CB/DA Press



O crime organizado só vai sentir a presença estatal quando o bolso dele for atacado”

Renato Madsen Arruda, diretor substituto da Amazônia e Meio Ambiente da PF

PF mira lucro da mineração ilegal

A prioridade da Política Federal é atingir financeiramente as estruturas do crime organizado envolvidas na mineração ilegal, especialmente na Amazônia, de acordo com o diretor substituto da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, Renato Madsen Arruda.

“O crime organizado só vai sentir a presença estatal quando o bolso dele for atacado”, afirmou. Segundo ele, o foco da Polícia Federal tem sido identificar e descapitalizar os verdadeiros beneficiários do garimpo ilegal, e não apenas os trabalhadores que atuam nas frentes de extração. “Não é com aquele garimpeiro, aquele trabalhador braçal que essa riqueza está sendo acumulada. Há outros atores que estão financiando, vendendo e prestando serviços para essa atividade ilegal”, explicou.

O diretor ressaltou que a atividade de mineração em si não deve ser criminalizada, reconhecendo sua importância econômica e

social para o país. “A mineração é muito importante para o Brasil, traz divisas e desenvolvimento. O problema está no processo de produção, que ainda consome mercúrio de forma não sustentável, principalmente na Amazônia brasileira”, observou.

Madsen destacou os avanços recentes nas ações de repressão ambiental, especialmente a partir de 2023, com uma nova coordenação entre órgãos federais e estaduais. Ele lembrou que a atuação policial é apenas uma parte da resposta estatal e que a conscientização da sociedade e dos agentes econômicos é essencial. “A repressão vem depois de ações sociais e estatais que não deram certo. O ideal é que o crime nem aconteça”, disse.

De acordo com o diretor, a Polícia Federal tem intensificado o trabalho conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério dos Povos Indígenas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), e outras instituições de segurança pública. O objetivo é atingir toda a cadeia criminosa envolvida no garimpo ilegal, incluindo os intermediários que transportam insumos e o ouro extraído.

Riqueza

“Há prestadores de serviços de transporte aéreo contratados para levar mercúrio e retirar o ouro das áreas de exploração ilegal. Estamos atacando esses elos da cadeia também”, relatou. Em 2024, segundo Madsen, a PF sequestrou mais de R\$ 2 bilhões em bens vinculados ao crime ambiental — entre imóveis, aeronaves, fazendas, gado e ouro. “Estamos buscando identificar onde essa riqueza está sendo acumulada, para que possa ser devolvida à população”, acrescentou.

O diretor da PF reconheceu a

importância do Comitê de Desintrusão de Terras Indígenas e do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano Amas), criado pelo Ministério da Justiça, que reforça a integração entre forças federais e estaduais. “Até poucos anos, não se via polícias militares e civis preocupadas com a repressão a crimes ambientais. Hoje, há uma mudança de percepção e uma maior atuação dos estados”, disse Madsen. Ele destacou que o Plano Amas busca estimular a atuação das forças estaduais na prevenção e combate à criminalidade ambiental, tradicionalmente focada em crimes como tráfico e homicídios. Madsen reiterou que o combate ao garimpo ilegal não depende apenas da repressão, mas de uma política de Estado articulada, que envolva prevenção, regulação e desenvolvimento sustentável. “Há conquistas importantes, mas ainda muito a avançar”. (FS e VO)